



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

### INTRODUÇÃO

Em acordo com o Decreto Municipal nº 1.520, de 09 de janeiro de 2024, que *"Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Nova União e dá outras providências"*, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O presente ETP refere-se ao credenciamento de instituições bancárias para prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais (IPTU, ISS e taxas), recebimento de Documentos de Arrecadação Municipal – DAM, guias e convênios, bem como serviços de compensação bancária em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

### 1 DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES

A arrecadação de receitas próprias constitui atividade essencial e permanente da Administração Municipal, sendo indispensável para a manutenção do equilíbrio financeiro e para o custeio das políticas públicas.

O Município de Nova União/MG necessita disponibilizar aos contribuintes múltiplos canais de pagamento, de forma acessível, segura e eficiente, permitindo a quitação de tributos e demais receitas municipais por diferentes meios, tais como guichês bancários, correspondentes bancários, terminais de autoatendimento, internet banking, aplicativos móveis, dentre outros.

A inexistência ou limitação desses canais compromete a eficiência da arrecadação, dificulta o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes e pode impactar negativamente a arrecadação municipal.

### 2 PLANO DE CONTRATAÇÃO

O Município não elaborou Plano de Contratações Anual para o exercício vigente, razão pela qual não é possível demonstrar sua previsão formal, sem prejuízo do planejamento realizado por esta unidade requisitante, considerando tratar-se de despesa contínua e essencial.

### 3 ÁREA REQUISITANTE

**Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.**

### 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1** O credenciamento deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- 4.1.1** Autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil;
- 4.1.2** Capacidade técnica para recebimento e processamento de DAM, boletos, guias e convênios;
- 4.1.3** Disponibilização de múltiplos canais de pagamento (presencial e eletrônico);
- 4.1.4** Processamento e repasse dos valores arrecadados dentro dos prazos estabelecidos;
- 4.1.5** Disponibilização de arquivos eletrônicos e relatórios de arrecadação e compensação bancária;
- 4.1.6** Regularidade fiscal, trabalhista e jurídica;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**4.1.7** Observância às normas de segurança da informação e sigilo bancário.

## **5 PREMISSAS E RESTRIÇÕES**

### **5.1 PREMISSAS**

- 5.1.1** Arrecadação é serviço contínuo;
- 5.1.2** Credenciamento aberto durante a vigência;
- 5.1.3** Escolha do canal pelo contribuinte;
- 5.1.4** Execução paralela e não excludente.

### **5.2 RESTRIÇÕES**

- 5.2.1** Vedação à exclusividade de instituição bancária;
- 5.2.2** Necessidade de critérios objetivos e isonômicos no edital;
- 5.2.3** Limitações decorrentes da capacidade operacional e tecnológica das instituições interessadas.

## **6 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

**6.1** As quantidades serão definidas com base no histórico médio anual de emissão de DAM no Município, estimando-se o total de 10.000 (dez mil) guias.

<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade (GUIA DE ARRECADAÇÃO)</b>	<b>QTD</b>
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, NOS <b>GUICHÊS DE CAIXA</b> .	DAM	10.000
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, <b>CORRESPONDENTE BANCÁRIO E LOTÉRICAS</b> .	DAM	10.000
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS NOS <b>TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO/CAIXA ELETRÔNICO/ TAA Multi Cartão (Terminal de Autoatendimento Multibanco)</b> .	DAM	10.000
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, VIA <b>INTERNET BANKING/ MOBILE</b> .	DAM	10.000
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DE <b>DÉBITO AUTOMÁTICO</b> .	DAM	10.000

**6.1.1** Ressalta-se que a estimativa não representa consumo cumulativo, mas apenas dimensionamento máximo, considerando que o contribuinte escolherá livremente apenas uma forma de pagamento no momento da quitação da guia.

## **7 ANÁLISE DE SOLUÇÕES**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Foram analisadas as principais soluções disponíveis para atendimento da demanda de arrecadação de tributos e recebimento de receitas municipais, considerando critérios de viabilidade técnica, operacional, jurídica, econômica e alinhamento ao interesse público.

**7.1 Solução 1 – Credenciamento de Instituições Bancárias**

Consiste na realização de procedimento de credenciamento, permitindo a habilitação de todas as instituições bancárias e financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil que atendam às condições previamente estabelecidas no edital.

**7.1.1 Aspectos técnicos e operacionais:**

**7.1.1.1** Possibilita a utilização simultânea de múltiplos canais de pagamento (guichê, correspondente bancário, autoatendimento, internet/mobile, gerenciador financeiro e cartão de crédito);

**7.1.1.2** Amplia significativamente a capilaridade da arrecadação, facilitando o acesso dos contribuintes;

**7.1.1.3** Reduz riscos de indisponibilidade do serviço, uma vez que não há dependência de uma única instituição;

**7.1.1.4** Permite maior flexibilidade ao contribuinte no momento do pagamento.

**7.1.2 Aspectos jurídicos:**

**7.1.2.1** Encontra respaldo expresso no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

**7.1.2.2** Observa os princípios da isonomia, impessoalidade, publicidade e eficiência;

**7.1.2.3** Afasta riscos de exclusividade indevida ou direcionamento da contratação.

**7.1.3 Aspectos econômicos:**

**7.1.3.1** Não exige, necessariamente, desembolso direto por parte do Município;

**7.1.3.2** Possibilita definição prévia e padronizada de tarifas, quando aplicável;

**7.1.3.3** Contribui para o aumento da arrecadação e redução da inadimplência.

**7.2 Solução 2 – Contratação de Instituição Bancária Única (Exclusiva)**

Consiste na contratação de apenas uma instituição bancária para centralizar todos os serviços de arrecadação e compensação.

**7.2.1 Análise crítica:**

**7.2.1.1** Restringe a liberdade de escolha do contribuinte;

**7.2.1.2** Cria dependência operacional de um único prestador;

**7.2.1.3** Aumenta o risco de descontinuidade do serviço em caso de falhas sistêmicas;

**7.2.1.4** Pode configurar limitação indevida à competitividade e afronta aos princípios da isonomia e eficiência.

**7.2.1.5** Diante desses fatores, esta solução não se mostra adequada ao interesse público.

**7.3 Solução 3 – Arrecadação Direta pelo Município (Sistema Próprio)**

Consiste no desenvolvimento e manutenção, pelo próprio Município, de sistema próprio de recebimento e compensação de pagamentos.

**7.3.1 Análise crítica:**

**7.3.1.1** Exige investimentos elevados em tecnologia, segurança da informação e infraestrutura;

**7.3.1.2** Aumenta significativamente os riscos operacionais, financeiros e de segurança;

**7.3.1.3** Demanda equipe técnica especializada e manutenção contínua;

**7.3.1.4** Não se mostra compatível com a capacidade administrativa e financeira do Município.

**7.4 Conclusão da Análise de Soluções**

Após análise comparativa das alternativas disponíveis, conclui-se que a Solução 1 – Credenciamento de Instituições Bancárias é a que melhor atende às necessidades do Município de Nova União/MG, por apresentar maior viabilidade técnica, jurídica e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

econômica, ampliar o acesso do contribuinte aos meios de pagamento, reduzir riscos operacionais e assegurar conformidade com a legislação vigente, mostrando-se, portanto, a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração.

## **8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Com base em pesquisas de mercado realizadas, considerando as disposições do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

*“§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*

*IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;”*

**8.1** A pesquisa de preços foi efetuada por meio de consulta a bancos de preços, considerando contratações públicas recentes de itens correspondentes ao objeto deste certame, obtidas em processos administrativos de contratação.

**8.2** Assim, foi calculado o preço médio praticado como mostra a tabela a seguir:

Item	Produto	Unidade	QTD	VALOR Unitário	VALOR/ TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, NOS <b>GUICHÊS DE CAIXA</b> .	DAM	10.000	R\$ 5,18	R\$ 51.800,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, <b>CORRESPONDENTE BANCÁRIO E LOTÉRICAS</b> .	DAM	10.000	R\$ 3,20	R\$ 32.000,00
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS NOS <b>TERMINAIS DE</b>	DAM	10.000	R\$ 2,75	R\$ 27.500,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

	<b>AUTOATENDIMENTO/CAIXA ELETRÔNICO/ TAA Multi Cartão (Terminal de Autoatendimento Multibanco).</b>				
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, VIA <b>INTERNET BANKING/ MOBILE.</b>	DAM	10.000	R\$ 2,60	R\$ 26.000,00
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTOS DE BOLETOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DE <b>DÉBITO AUTOMÁTICO.</b>	DAM	10.000	R\$ 1,94	R\$ 19.400,00

**8.3** Anexo a este documento está o levantamento de mercado realizado com base no banco de preços utilizado por este e diversos outros órgãos públicos.

**8.4** A pesquisa de preços constante neste Estudo Técnico Preliminar possui caráter estimativo, tendo como finalidade subsidiar o planejamento da contratação, a análise de viabilidade econômica e a definição do valor de referência para o procedimento de contratação, representando, portanto, valores fixos estabelecidos por meio de preço médio praticado no mercado.

## **9 JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO PREÇO MÉDIO NO CREDENCIAMENTO**

A utilização do preço médio praticado no mercado como referência para o credenciamento de instituições bancárias mostra-se técnica, jurídica e economicamente adequada, atendendo de forma simultânea aos princípios da vantajosidade, isonomia, competitividade e interesse público, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.1** Sob o aspecto da vantajosidade para a Administração Pública, o preço médio reflete valores efetivamente praticados em contratações públicas similares, obtidos a partir de bases de dados públicas e confiáveis. Essa metodologia evita tanto a superestimativa de preços, que poderia comprometer a economicidade, quanto a fixação de valores artificialmente reduzidos, que poderiam inviabilizar a execução do serviço ou afastar potenciais interessados, prejudicando a continuidade e a eficiência da arrecadação municipal.

**9.2** No que se refere à isonomia, a definição prévia de valores uniformes garante que todas as instituições bancárias credenciadas estejam submetidas às mesmas condições econômicas, vedando qualquer forma de tratamento diferenciado, negociação individual ou direcionamento. Tal padronização é especialmente relevante no procedimento de credenciamento, modalidade em que não há competição direta por preço, mas sim a habilitação simultânea de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos.

**9.3** Quanto à atratividade do procedimento, a adoção do preço médio assegura equilíbrio econômico-financeiro às instituições bancárias, tornando o credenciamento viável e compatível com a realidade operacional do mercado. Valores excessivamente baixos poderiam desestimular a adesão de instituições, reduzindo a rede arrecadadora;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

por outro lado, valores superestimados afrontariam a economicidade. Assim, o preço médio favorece a ampla participação, estimulando o ingresso de múltiplos credenciados.

**9.4** Como consequência direta, o aumento do número de instituições credenciadas resulta em maior disponibilidade de canais de pagamento ao contribuinte, ampliando a liberdade de escolha, a acessibilidade, a comodidade e a eficiência do sistema de arrecadação municipal, fatores que contribuem para a redução da inadimplência e para o fortalecimento da arrecadação própria do Município.

**9.5** Dessa forma, a metodologia adotada para definição do valor de referência revela-se plenamente compatível com o objeto, com a legislação vigente e com os objetivos do credenciamento, assegurando segurança jurídica, equilíbrio econômico, efetividade do serviço público e atendimento ao interesse público.

## **10 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na realização de procedimento de credenciamento de instituições bancárias, devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com a finalidade de disponibilizar ao contribuinte e ao Município de Nova União/MG uma rede ampla, contínua e acessível de arrecadação e recebimento de receitas públicas municipais.

O credenciamento permitirá que todas as instituições que atendam aos requisitos do edital possam prestar os serviços, sem exclusividade, garantindo pluralidade de canais de pagamento e ampliando a efetividade da arrecadação.

### **10.1 Escopo dos serviços**

As instituições credenciadas deverão disponibilizar meios para recebimento e processamento de Documentos de Arrecadação Municipal (DAM), boletos, guias e convênios relacionados a tributos e demais receitas públicas municipais, incluindo, no mínimo, as seguintes modalidades:

- 10.1.1** Guichê/caixa presencial;
- 10.1.2** Correspondente bancário e lotéricas (quando aplicável);
- 10.1.3** Terminal de Autoatendimento (TAA) / Caixa eletrônico;
- 10.1.4** Internet Banking / Mobile Banking;
- 10.1.5** Gerenciador financeiro para Pessoa Jurídica;
- 10.1.6** Débito Automático em conta (quando aplicável).

### **10.2 Fluxo operacional e responsabilidades**

De forma geral, a execução do serviço ocorrerá mediante o seguinte fluxo:

- 10.2.1** Emissão do DAM/guia pelo Município, com identificação padronizada e informações;
- 10.2.2** Pagamento pelo contribuinte, que poderá escolher livremente a modalidade de pagamento disponível no momento da quitação;
- 10.2.3** Processamento da arrecadação pela instituição credenciada, com validação, registro e identificação do pagamento;
- 10.2.4** Compensação bancária e repasse dos valores arrecadados à conta indicada pelo Município, dentro dos prazos e condições estabelecidos no edital/termo de credenciamento;
- 10.2.5** Disponibilização de informações e arquivos eletrônicos ao Município, contendo a consolidação das arrecadações realizadas, de modo a permitir conferência, conciliação contábil e baixa automática/manual dos débitos;
- 10.2.6** Suporte operacional e administrativo para correções, reprocessamentos e esclarecimentos de divergências identificadas pela Administração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

**10.3 Relatórios, rastreabilidade e controle**

Para garantir transparência, controle e rastreabilidade das receitas públicas arrecadadas, as instituições credenciadas deverão disponibilizar:

**10.3.1** Relatórios periódicos de arrecadação diários, mensais e/ou trimestrais, conforme estabelecido no Termo de Referência;

**10.3.2** Arquivos eletrônicos padronizados para conciliação e contabilização;

**10.3.3** Identificação mínima por guia/DAM, data de pagamento, canal utilizado, valor arrecadado, identificação do contribuinte (quando aplicável) e demais dados necessários à conferência.

**10.4 Condições econômicas e padronização**

As condições de remuneração/tarifas serão definidas previamente no edital e no Termo de Referência, com base em pesquisa de mercado, visando assegurar isonomia entre os credenciados, equilíbrio econômico e atratividade do procedimento, sem prejuízo da vantajosidade para a Administração.

**10.5 Fiscalização e gestão**

A Administração Municipal deverá designar gestor e fiscal do credenciamento/contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, conferência dos relatórios, conciliação de arrecadação e registro de ocorrências, garantindo que o serviço seja prestado de forma contínua, segura e aderente às condições pactuadas.

Dessa forma, a solução descrita assegura a ampliação e a modernização dos canais de arrecadação municipal, promovendo eficiência administrativa, melhoria da experiência do contribuinte e fortalecimento da arrecadação própria do Município.

**11 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO CREDENCIAMENTO (ART. 79, INCISOS I E II, DA LEI Nº 14.133/2021)**

O presente procedimento de credenciamento encontra amparo expresso no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a utilização do credenciamento como instrumento de contratação nas hipóteses em que seja viável e vantajosa a atuação simultânea de múltiplos prestadores, bem como quando a escolha do prestador for realizada por terceiros.

No caso em análise, o credenciamento a ser realizado pelo Município de Nova União/MG atende de modo cumulativo aos incisos I e II do art. 79, conforme se demonstra:

**11.1 Hipótese do art. 79, inciso I – Contratação paralela e não excludente**

A solução adotada permite a realização de contratações simultâneas, com instituições bancárias distintas, de forma paralela e não excludente, uma vez que:

**11.1.1** É plenamente viável que diferentes instituições prestem os serviços de arrecadação e recebimento de DAM/boletos ao mesmo tempo;

**11.1.2** Não há prejuízo à execução caso haja múltiplos credenciados, ao contrário, há ampliação da rede arrecadadora;

**11.1.3** As condições serão padronizadas e previamente estabelecidas no edital e no Termo de Referência, garantindo uniformidade, isonomia e segurança jurídica.

Dessa forma, o credenciamento assegura maior eficiência administrativa, maior capilaridade de atendimento ao contribuinte e redução de riscos operacionais decorrentes de dependência de uma única instituição.

**11.2 Hipótese do art. 79, inciso II – Seleção a critério de terceiros**

O credenciamento também se enquadra na hipótese prevista no art. 79, inciso II, pois a escolha da instituição bancária que realizará o recebimento do pagamento será feita a critério do beneficiário direto do serviço, qual seja, o contribuinte, que poderá optar





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

livremente por qual instituição credenciada utilizar para efetuar a quitação de seus débitos municipais.

Assim, o Município não realizará seleção discricionária de um prestador específico, mas sim estabelecerá as condições padronizadas e habilitará todas as instituições aptas, garantindo que a seleção do prestador ocorra por decisão do contribuinte, conforme sua conveniência e disponibilidade de canais.

### **11.3 Conclusão**

Diante do exposto, resta demonstrado que o credenciamento pretendido é juridicamente adequado e plenamente compatível com o art. 79, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, por permitir contratações paralelas e não excludentes em condições padronizadas, bem como assegurar que a escolha do prestador seja realizada pelo contribuinte, ampliando as opções de pagamento, fortalecendo a arrecadação municipal e atendendo ao interesse público.

## **12 JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO**

O objeto não comporta parcelamento, uma vez que se trata de credenciamento aberto, permitindo a atuação simultânea de múltiplas instituições, sem exclusividade ou divisão do objeto.

## **13 FORMA DE EXECUÇÃO E PRAZOS**

A execução do credenciamento ocorrerá de forma contínua, paralela e não excludente, permitindo que múltiplas instituições bancárias credenciadas prestem os serviços simultaneamente, em condições padronizadas definidas no edital e no Termo de Referência.

### **13.1 Execução**

O Município emitirá os DAM/boletos/Guias relativos a tributos e demais receitas públicas municipais.

**13.1.1** O contribuinte efetuará o pagamento por meio de qualquer instituição credenciada, escolhendo livremente o canal de sua preferência.

**13.1.2** As instituições credenciadas realizarão o processamento, compensação e repasse dos valores arrecadados à conta indicada pelo Município.

**13.1.3** As instituições credenciadas deverão disponibilizar arquivos eletrônicos e relatórios de arrecadação, necessários à conciliação e baixa dos pagamentos.

### **13.2 Prazos**

**13.2.1** O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência, permitindo o ingresso de novas instituições interessadas, desde que atendidos os requisitos do edital.

**13.2.2** A vigência inicial do credenciamento será de 12 (doze) meses, admitida prorrogação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições e demonstrada a vantajosidade.

**13.2.3** Os prazos de repasse dos valores arrecadados e de envio de relatórios/arquivos eletrônicos serão definidos no Termo de Referência, em periodicidade compatível com a necessidade de conciliação e controle do Município.

## **14 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com credenciamento de instituições bancárias para recebimento de DAM, boletos, guias e convênios relacionados a tributos e demais receitas públicas municipais, o Município de Nova União/MG pretende obter a ampliação da rede arrecadadora, assegurando maior capilaridade e disponibilidade de canais de pagamento ao contribuinte.

Espera-se, ainda, proporcionar maior comodidade e acessibilidade ao cidadão, permitindo que a quitação dos débitos municipais seja realizada por diferentes





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

modalidades, a critério do contribuinte, contribuindo para a redução de barreiras operacionais ao pagamento.

A solução também visa aumentar a eficiência arrecadatória do Município, com potencial redução de inadimplência e maior previsibilidade no fluxo de receitas, em razão da ampliação dos meios disponíveis para pagamento.

Adicionalmente, pretende-se garantir maior transparência, rastreabilidade e controle das receitas arrecadadas, mediante disponibilização de arquivos eletrônicos e relatórios padronizados pelas instituições credenciadas, permitindo conciliação e baixa dos pagamentos com maior segurança e confiabilidade.

### **15 PROVIDÊNCIAS À SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Para adequada implantação e execução do credenciamento, caberá à Administração Municipal adotar, no mínimo, as seguintes providências:

**15.1** Designar gestor e fiscal responsáveis pelo acompanhamento e controle da execução;

**15.2** Assegurar a ampla publicidade do edital e de seus anexos;

**15.3** Definir e disponibilizar padrões mínimos para arquivos eletrônicos e relatórios de arrecadação necessários à conciliação e baixa dos pagamentos;

**15.4** Estabelecer rotinas internas de conferência e conciliação dos valores arrecadados e dos repasses; e

**15.5** Manter canal institucional de comunicação com as instituições credenciadas para suporte operacional e tratamento de inconsistências.

### **16 CONTRATAÇÕES CORRELATADAS**

No contexto do presente credenciamento, não foram identificadas contratações correlatadas essenciais para a implantação e execução do objeto, uma vez que os procedimentos de conferência, conciliação e análise dos recebimentos serão realizados por servidores técnicos responsáveis da Administração, por meio de rotinas internas já adotadas pelo Município.

Eventuais adequações operacionais (como organização de fluxos internos, definição de responsáveis e procedimentos de conferência) serão tratadas administrativamente, não caracterizando necessidade de contratação adicional vinculada ao objeto.

### **17 IMPACTOS AMBIENTAIS**

O objeto não gera impactos ambientais diretos relevantes.

### **18 AVALIAÇÃO DE RISCOS E MITIGAÇÃO (MATRIZ DE RISCOS - ART. 55 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.520/2024)**

Em observância ao art. 55 do Decreto Municipal nº 1.520/2024, foram identificados riscos capazes de comprometer a efetividade do planejamento da contratação, a execução do credenciamento, bem como a gestão e fiscalização do objeto, especialmente aqueles relacionados ao repasse de valores arrecadados, à conciliação bancária, à integridade das informações e à continuidade dos canais de pagamento disponibilizados ao contribuinte.

Para mitigação dos riscos, serão adotadas medidas compatíveis com a natureza do credenciamento, incluindo: definição de prazos operacionais e obrigações objetivas no Termo de Referência, padronização de relatórios e arquivos eletrônicos de retorno, rotinas internas de conferência e conciliação dos recebimentos, acompanhamento sistemático pelo gestor e fiscal designados, previsão de sanções em caso de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

descumprimento e manutenção do credenciamento em caráter paralelo e não excludente, reduzindo dependência de um único prestador.

A avaliação detalhada dos riscos, com mensuração de probabilidade e impacto, estratégias de tratamento, ações de contingência e responsáveis, encontra-se formalizada em Matriz de Riscos, a qual segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

**19 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

<i>Dotação Orçamentária</i>	<i>Fonte</i>
02.02.01.04.122.0003.2010.3.3.90.39.00	1.500.000.0000

**20 CONCLUSÃO TÉCNICA**

Após as análises técnicas, administrativas e jurídicas realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que o credenciamento de instituições bancárias para recebimento de Documentos de Arrecadação Municipal (DAM), boletos, guias e convênios, bem como para execução de serviços de compensação bancária e repasse de valores arrecadados, é medida necessária, viável e vantajosa para o Município de Nova União/MG.

A solução adotada demonstra-se adequada por ampliar a rede arrecadadora, assegurar maior acessibilidade ao contribuinte e garantir a continuidade do serviço público essencial de arrecadação, com condições padronizadas e mecanismos de controle e fiscalização compatíveis com a capacidade operacional da Administração.

Do ponto de vista jurídico, o procedimento encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 79, por enquadrar-se de forma cumulativa nas hipóteses de contratação paralela e não excludente e de seleção a critério de terceiros, uma vez que múltiplas instituições poderão atuar simultaneamente e caberá ao contribuinte escolher a instituição credenciada para efetuar o pagamento de seus débitos.

Dessa forma, restam atendidos os princípios da legalidade, planejamento, isonomia, impessoalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, bem como as disposições regulamentares do Decreto Municipal nº 1.520/2024, sendo recomendável o prosseguimento do processo com a elaboração do Termo de Referência, do Edital de Credenciamento e demais atos necessários à formalização da contratação.

**21 APROVAÇÃO E ASSINATURA**

Guilherme Magalhães Oliveira  
**Secretário Municipal de Administração e Fazenda**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

Nova União, 28 de Janeiro de 2026.

